

NACIONALISMO NAS OBRAS DO PORTUGUÊS MÁRIO DUARTE DE VASCONCELOS E DO BRASILEIRO JOÃO RIBEIRO NA DÉCADA DE 1920

Sônia Maria NOGUEIRA ¹

Doutora em Língua Portuguesa – PUC-SP/ UEMASUL

RESUMO: Este trabalho apresenta um percurso historiográfico da língua portuguesa, em Portugal e no Brasil, na década de 1920, em uma tentativa de traçar um paralelo entre as obras pedalinguísticas produzidas para Portugal e Brasil, distintamente, e verificar se há um movimento de nacionalismo tanto na educação portuguesa quanto na brasileira. Tomou-se os *corpora* “Gramática prática da língua Portuguesa”, de Mário Duarte de Vasconcelos, de 1928, e “Grammatica Portugueza”, de João Ribeiro, de 1920. Para a análise foram privilegiados três aspectos: introdução, organização e marcas de nacionalismo.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Língua Portuguesa. Nacionalismo. Gramática.

Considerações iniciais

Este trabalho apresenta um percurso historiográfico da língua portuguesa, em Portugal e no Brasil, na década de 1920, em uma tentativa de buscar indícios da linha ideológica vigente no ensino de Língua Portuguesa. Selecionou-se os *corpora* “Gramática prática da língua Portuguesa”, do português Mário Duarte de Vasconcelos, publicada em 1928, e a “Grammatica Portugueza”, do brasileiro João Ribeiro, publicada em 1920. Objetiva-se, pois, em traçar um paralelo entre as obras pedalinguísticas produzidas para Portugal e Brasil, distintamente, para verificar se há um movimento de nacionalismo tanto na educação portuguesa quanto na brasileira. Para a análise serão privilegiados três aspectos, a saber: **introdução, organização e marcas de nacionalismo.**

Esta pesquisa está embasada na Historiografia Linguística, a partir do procedimento de descrever como foi produzido e desenvolvido um conhecimento linguístico, bem como esclarecer a sua relação com um determinado contexto cultural e social. (SWIGGERS, 1990), observando os princípios de Köerner (1996), a saber: *contextualização, imanência e adequação*, e observa-se que a *adequação* não será privilegiada.

¹ Endereço eletrônico: sonianogueira@uemasul.edu.br

Justifica-se a seleção das obras pelo fato de terem sido aprovadas e adotadas, em seus respectivos países, e, em virtude desse credenciamento oficial, são capazes de fornecer uma visão do ensino de Língua Portuguesa, no período. As obras são relevantes, uma vez que não se limitam às décadas iniciais do século XX, mas atravessam os séculos e, ainda, ecoam no início do século XXI em outros materiais e/ou estudos pedalinguísticos, em virtude da sua repercussão no processo de ensino da língua portuguesa.

Questões educacionais

Em Portugal, a Primeira República (1910-1926) e o Estado Novo (1926-1974) constituem dois períodos em que o sistema escolar oficial estreitou vínculos com um projeto da sociedade, pois, houve uma interpenetração da ideologia política e das finalidades do sistema educativo.

Com efeito, estimulou-se a expansão do ensino infantil, embora no período de 1910-1926 tenham entrado em funcionamento, apenas, uma dúzia de escolas infantis. Se, por um lado, no período da proclamação da República, a taxa de analfabetismo global ultrapassou 75%, havia mais de 17,5% do total de paróquias sem escola primária; por outro lado, no ano escolar de 1909-1910, existiam 5.552 escolas oficiais do ensino primário e, no ano escolar de 1925-1926, final da Primeira República, existiam 7.126 escolas.

O Estado Novo (1926-1974) ocorre por meio do golpe militar comandado pelo General Gomes da Costa, com a participação de figuras ilustres da democracia republicana como António Sérgio e João de Barros. Em 1928, é eleito presidente da República o general Óscar Carmona e, para formar o novo Ministério, foi convidado António de Oliveira Salazar, professor de Economia e Finanças na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Salazar marcou a vida portuguesa durante quatro décadas, pois a política educativa compreendia um projeto de educação nacionalista e autoritária.

Nóvoa (2005, p. 33) afirma que a legislação de 1835-1836 estabeleceu as bases do sistema de ensino em Portugal. O autor apresenta três grandes ciclos históricos de reformas ao longo dos últimos 150 anos: o primeiro ciclo, “optimismo reformador”, de 1860-1923, foi caracterizado por “crenças desmesuradas, e algo ingénuas, na possibilidade de uma regeneração social através da escola”, apesar de muitas “desilusões, o impulso reformador manter-se-á inabalável até a queda da República”.

O segundo ciclo, “pragmatismo conservador”, de 1923-1960, abrange, essencialmente, o regime nacionalista, que “introduz dispositivos de regulação reformadora do sistema”, pois se verifica “um nivelamento por baixo da oferta educativa, uma espécie de ‘escola mínima’ que não permite alimentar grandes ambições de mobilidade social”. Nessa perspectiva, Carneiro Pacheco (*apud* NÓVOA, 2005, p. 33) resume as intenções nacionalistas na expressão: “Um lugar para cada um, cada um no seu lugar”, pois tais políticas nacionalistas revelavam uma “certa eficácia interna, pelo menos até ao limiar do processo de explosão escolar”.

O terceiro ciclo, “modernização tecnocrática”, inicia-se em 1960 e prolonga-se até aos dias de hoje, pois o investimento nos recursos humanos (‘capital humano’) era considerado essencial para a ‘industrialização’ e, mais tarde, para o ‘desenvolvimento’. Trata-se de um ciclo reformador, acompanhado de “uma dinâmica de democratização do ensino ou, pelo menos, de abertura da escola ao conjunto dos alunos”, uma vez que as novas orientações tendiam a favorecer uma mobilidade social controlada, conforme Nóvoa (2005, p. 33).

O Ministério da Instrução Pública foi instituído, em 1913, e, por meio do projeto de reforma Camoesas, em 1923, de acordo com Nóvoa (2005, p. 32), avançou com a criação de um Ministério da Educação Nacional, cuja denominação só foi adotada em 1936, agregando competências das áreas da Justiça, do Trabalho e da Saúde.

Quanto à questão da profissionalização docente, “a reforma de 1901 decreta a obrigatoriedade de frequentar o ensino normal para aceder ao magistério primário”, destacando duas fases: a primeira fase, em que “os esforços essenciais tinham-se concentrado na *normalização* de procedimentos, designadamente no plano dos métodos e da organização da escola”; a segunda fase, que se estende pelo primeiro terço do século XX, “corresponde a uma abertura às áreas da pedagogia e das ciências da educação”. Nessa perspectiva, a designação “alunos-mestres” revelava a cultura profissional vigente nas escolas normais e, havia o lema ‘Aprender para ensinar’, adotado, em 1918, pela Escola Normal de Lisboa, ratificando o significado que tomou a formação de professores do ensino primário. (NÓVOA, 2005, p. 35).

À medida que o século XIX avançava, havia um movimento de associação docente, passando de base assistencialista ou mutualista, para modalidades de “associação da classe” e, logo após, por organismos sindicais. Consolidando, assim, o estatuto dos professores como “funcionários do Estado.” (NÓVOA, 2005, p. 35).

No ensino primário, especificamente, essa associação adquiriu contornos, inclusive, políticos e surgiram as conferências pedagógicas, a partir da década de 1870, e os congressos do magistério primário, entre 1892 e 1897, que revelavam um forte espírito de reivindicações, chamando a atenção das autoridades. A militância foi ativa na União do Professorado Primário (1918-1930), pois conduzia as dinâmicas de sindicalismo profissional.

O livro escolar, em Portugal, era considerado um dispositivo pedagógico essencial do processo tradicional de escolarização, afirma Magalhães (1999, p. 285). Tanto as gramáticas quanto outros materiais destinados ao ensino transmitem ideias linguísticas dominantes de cada época, referentes às modalidades da aprendizagem e ao tipo de saberes e de comportamentos que se deseja promover, de acordo com Vidigal (1994, p. 69). Esse material está condicionado pelas mudanças políticas, culturais e socioeconômicas, de acordo com os valores implícitos ou explícitos que veicula.

Convém esclarecer que é nesse ‘clima de opinião’, de acordo com Köerner (1996), que o professor-autor Mário Duarte de Vasconcelos (1928) elaborou a obra “Gramática prática da língua portuguesa”, para a 3ª e 4ª classe do Ensino Primário Elementar.

Em relação às questões educacionais do Brasil, é pertinente fazer considerações entre o final do século XIX e início do século XX, uma vez que a obra “Grammatica Portugueza: grammatica da infancia”, do brasileiro João Ribeiro (1920), tem várias edições nesse período.

A escola pública, particularmente em São Paulo, sofreu influência do modelo das escolas americanas – sectárias religiosas que visavam ao proselitismo religioso –, a partir das sugestivas experiências de Pestalozzi, atendendo às exigências das condições socioculturais de sua clientela. Trata-se, pois, de uma renovação dos métodos de ensino advindos de interesses comerciais entre americanos e brasileiros e, conseqüentemente, o surgimento de escolas protestantes norte-americanos, em 1870, e positivistas criam escolas primárias modelo, em 1884.

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho propunha algumas medidas na educação, tais como: a) Liberdade de ensino; b) O exercício do magistério era compatível com o de cargos públicos e administrativos; c) Liberdade de frequência para os alunos dos cursos secundário e superior. Em consequência, as únicas medidas praticadas foram a decretação da liberdade de credo religioso dos alunos e a “abertura ou organização de colégios, onde outras tendências pedagógicas, como a positivista, tentavam ser aplicada.” (RIBEIRO, 2000, p. 63-64).

A República, enquanto prática política, favoreceu “o desenvolvimento das Instituições, das Escolas, dos projetos de ensino, estes desencadeando ao mesmo tempo a produção de dicionários, de gramáticas, de antologias etc.”. Trata-se, pois, de um período “em que a Língua e o Estado se conjugam em sua fundação, em que o gramático desempenha um papel intelectual e político.” (ORLANDI, 2000, p. 30).

Após o advento da Proclamação da República, em 1889, a Constituição de 1891 promoveu a descentralização da organização escolar, uma vez que, no Capítulo IV – Das Atribuições do Congresso, Artigo 34, competia privativamente ao Congresso Nacional “legislar sobre [...] o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o Governo da União”. E, no Artigo 35, incumbia, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente “[...] criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal.” (RIBEIRO, 2000).

Em 1890, foi decretada a Reforma Benjamin Constant, com orientações à liberdade e laicidade do ensino, assim como a gratuidade da escola primária. Colocada em prática em 1891, a escola primária ficou organizada em duas categorias: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos, além dos outros níveis educacionais.

No início do século XX, houve uma série de reformas na organização escolar, revelando “uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica”, de acordo com Ribeiro (2000, p. 73, 90). A Reforma Rivadávia, em 1911, por exemplo, retoma a orientação positivista ao inserir um critério prático aos estudos das disciplinas, a fim de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não, somente, do candidato ao próximo nível. Não atendendo, porém, às expectativas governamentais. A série de reformas pedagógicas empreendidas, na década de 1920, representava a tentativa de implantação da ‘escola primária integral’.

Quanto aos estudos sobre o português do Brasil, Guimarães (2004, p. 25) considera, pois, quatro períodos históricos, correlacionando fatos de ordem política e institucional com o movimento no campo dos estudos da Língua Portuguesa, a saber: “1) da ‘descoberta’, em 1500, até o início da segunda metade do século XIX; 2) da segunda metade do século XIX, até fins dos anos trinta do século XX; 3) do final dos anos trinta até meados da década de 1960; 4) de meados da década de 1960 em diante”.

Verifica-se que a “Grammatica Portuguesa”, do brasileiro João Ribeiro (1920), está inserida no segundo período, que é marcado por tomadas de posição distintas, pois a “partir do segundo período dos estudos de linguagem no Brasil podemos falar dos estudos do

português no Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil.” (GUIMARÃES, 2004, p. 28-29).

No Brasil, o autor de gramática, a partir do final do século XIX, “tem uma posição de saber que não é simples reprodução do saber linguístico português, pois a gramática é o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo”, conforme Orlandi (2000, p. 30 grifo da autora). Desse modo, ao deslocar esse saber “metalinguístico de Portugal para o território brasileiro, os gramáticos deslocam ao mesmo tempo o direito de decidir **como** é esta língua, a língua portuguesa (brasileira)”.

Nessa perspectiva, com o gesto da autoria, os primeiros gramáticos brasileiros, como João Ribeiro, dentre outros, participaram da construção do Estado brasileiro. Esse processo de gramatização brasileira do português constitui, desse modo, “um saber sobre a língua e as suas singularidades, e processa a historicização da língua no território nacional.” (ORLANDI, 2000). Com isso, há “a identidade linguística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira”, que traz, entre os componentes de sua formação, “a constituição (autoria) de gramáticas brasileiras no século XIX”.

Em 1897, ocorreu a fundação da Academia Brasileira de Letras, na década de 1930 foi organizado o ensino superior, com a criação das faculdades. Além disso, acordos ortográficos foram firmados, significando a independência política no domínio da língua nacional. Desse modo, cabe às gramáticas não desempenharem “mais o papel de estabelecer os difíceis limites da identidade brasileira face a Portugal: elas só têm que mantê-los.” (ORLANDI, 2000, p. 31).

Entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, no Brasil, várias obras compõem a tradição gramatical brasileira, formando um grupo distinto. Isso ocorre não apenas por se situarem nesse período uma vez que elas serviriam de modelo teórico para toda a gramaticografia brasileira vindoura, mas, principalmente, por se tratar de uma época mediadora entre o modelo gramatical, especialmente, calcado numa tradição clássica, de natureza filosófica, e uma nova perspectiva linguística de natureza científica, vigente até os dias atuais.

Análise dos corpora

A análise da “Gramática prática da língua Portuguesa”, do português Mário Duarte de Vasconcelos, publicada em 1928, e “Grammatica Portugueza”, do brasileiro João Ribeiro,

publicada em 1920, contemplará três aspectos, a saber: **Prefácio, Organização e Marcas de nacionalismo.**

Primeiro aspecto

O primeiro aspecto trata dos **Prefácios** da “Gramática prática da língua Portuguesa”, do português Mário Duarte de Vasconcelos, publicada em 1928, representante da atuação de professores como autores de textos para o ensino no nível primário. Assim sendo, não podia definir ou impor normas, pois respeitava os procedimentos institucionais do período, pois sua obra estava em “perfeita harmonia com os Programas de abril de 1920”. Além desta, o autor, também, elaborou “Ciências naturais”, 4ª classe, em parceria com A. de Vasconcelos.

O autor ultrapassou o exercício da docência para divulgar o discurso da disciplina de Português em seu manual escolar. Convém ser ressaltado que esta obra pertence ao segundo ciclo, “pragmatismo conservador”, de 1923-1960, que abrange, essencialmente, o regime nacionalista, de acordo com Nóvoa (2005, p. 33).

Vasconcelos (1928) não insere Prefácio em sua obra, porém, as capas dos manuais escolares, particularmente, dos do século XIX e início do XX, continham informações sobre os seus autores. Assim, identifica-se que, em consonância com o ‘clima de opinião’, de Köerner (1996), o autor registra na **capa** a sua profissão de “professor”. Em sequência, faz referência à indicação do Ensino Primário Elementar, especificamente às 3ª e 4ª classes. Outra prática recorrente é a afixação do preço, além de indicar obras de outras disciplinas. Justifica-se, pois, a seleção da obra por ter sido adotada nas instituições escolares do período como guia pedagógico, e uma prova de sua grande circulação, em Portugal, é a indicação, na própria capa, de seis livrarias de muito prestígio no Porto.

O autor, como professor de português, estava provido de autoridade suficiente para falar em nome desta disciplina e se encontrava credenciado para o exercício do magistério, por meio de um saber científico, pedagógico e didático. Assim, se os discursos só atingissem os seus fins porque se encontrassem, de acordo com Foucault (1994, p. 95-105), atravessados por linhas de poder intrínsecas a uma classe profissional, neste caso de professor de Português, então, quem proferisse os discursos em nome dos seus conhecimentos, dos seus objetivos e das suas técnicas educativas, encontrar-se-ia em uma posição tal que estaria investido da própria função educativa da disciplina e, ao mesmo tempo, do seu poder coletivo.

Dando continuidade à observação dos **Prefácios**, algumas considerações acerca de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, profissionalmente conhecido como João Ribeiro, autor da “Grammatica Portugueza”, publicada em 1920. O autor é um renomado filólogo, atuante nas funções de jornalista, crítico literário, historiador, pintor e tradutor brasileiro. Assumiu, também, lugar na Academia Brasileira de Letras e dedicou-se ao magistério no Colégio Pedro II com a cadeira de História Universal, e como professor da Escola Dramática do Distrito Federal.

O autor foi historiador e sua atividade historiográfica está relacionada com seus estudos de língua, elenca, pois, na capa de trás, algumas de suas obras: “Historia do Brasil, para gynasios e escolas normaes, curso superior”; “Historia do Brasil, para escolas primarias, adoptada para uso das escolas do estado de Minas, curso médio”, entre outras. Além dessas, publicou obras de caráter filológico: “Grammatica portugueza. Curso Superior. 3º anno de portuguez”, em 1887; “Diccionario Grammatical”, em 1889, dentre outras. Constatamos, pois, que essa divulgação de autoria consistia em uma prática comum, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, não só no Brasil, mas também em Portugal. Convém ser ressaltado que a “Grammatica Portugueza – Grammatica da Infancia, Curso primario, 1º anno de portuguez”, ultrapassou cem edições, com constantes correções e melhoramentos. Em virtude de sua obra ser tão profícua, foi adotada não só no estado de São Paulo.

Da mesma forma que Vasconcelos (1928), Ribeiro (1920) atuou como professor-autor e tal procedimento contribuiu para o seu prestígio profissional, dando maior acesso ao discurso autorizado. Com isso, os autores de manuais escolares fizeram-se ouvir e intervieram no processo de construção da disciplina de língua portuguesa de forma eficaz, além do século XX. Assim, a circulação nas comunidades educativas de manuais didáticos específicos está registrada na **Capa** de sua obra, com distribuição em uma das mais conceituadas livrarias do período. E, também, como uma prática usual, elenca obras de outros autores.

Observa-se na **Capa** da “Grammatica Portugueza”, de Ribeiro (1920 grifos do autor), um destaque para o subtítulo “Grammatica da infancia”, em sua 85ª edição, que se encontra corrigida e muito melhorada. Esta obra é indicada, especificamente, ao “Curso primario, 1º anno de portuguez”, e, a fim de ratificar a credibilidade da autoria, há o seguinte informe: “O **Curso da lingua portugueza** do auctor foi premiado pelo jury da Exposição de objectos escolares em 1888 com o diploma de 1ª classe”.

Destaca-se que, em sua “Grammatica Portugueza”, Ribeiro (1920, p. 5) opta por “Advertencia” ao invés de **Prefácio**. Inicia com a justificativa de que nesta “nova edição que

se imprime d'esta pequena grammatica, pude rever cuidadosamente todo o texto, esforçando-me por torná-lo mais fácil e compreensivo fazendo ainda alguns accrescimos indispensaveis e cortando o que me pareceu demasiado ou improprio". Nota-se o cuidado do professor-autor para com o material didático, a fim de que esteja sempre em consonância com os programas vigentes em cada nova edição da obra.

Além disso, a presente obra "deve ser apenas como o guia ou resumo therico das materias que só a pratica, os exercicios oraes e escriptos e a accção continua do mestre podem tornar conhecidas e ultimamente aproveitadas". Mais uma vez Ribeiro (1920, p. 5) conta com a parceria do mestre em sala de aula, em cumprimento da diversidade das atividades propostas, que abrangem a oralidade e a escrita, para o êxito do processo ensino-aprendizagem.

O autor apresenta um posicionamento contrário à simples memorização como método de ensino e, logo após, expõe: "Escrever certo, falar certo, compôr phrases, eis em poucas palavras o objecto do ensino gramatical". Para tanto, elenca os instrumentos naturais desse saber: "o dictado e a pratica de escrever, a conversação, a recitação e declamação e ao lado da analyse do pensamento o estudo da synonymia, da redacção com os elementos offerecidos pelo mestre". Finaliza com a justificativa da elaboração da obra: "Neste sentido preparamos um livro de Exercicios que serve de complemento a esta grammatica. As regras da grammatica apenas facilitam a memoria dos factos, reduzindo-os a principios breves, poupando ás vezes muito trabalho inútil." (RIBEIRO, 1920, p. 5).

Ribeiro (1920, p. 7) trata da "Grammatica e suas divisões" e define a gramática como "[...] o conjuncto das regras segundo as quaes se fala ou escreve correctamente a língua". O autor complementa que aquele que "estuda a grammatica já fala naturalmente sua lingua. A grammatica não se ensina mais que a analyse de suas proprias palavras, mostrando-lhe o uso das pessoas doudas e dos grandes escriptores". Nessa perspectiva, ao considerar a gramática uma maneira de ensinar a falar e a escrever corretamente o autor coloca-se dentro de uma tradição que valoriza a lógica e, conseqüentemente, a razão sobre o uso, apoiado em Port-Royal. Fica proeminente a indicação do autor de que o processo da escrita deve perpassar o uso que as pessoas instruídas fazem da língua, em virtude de serem considerados bons exemplos. Nessa definição pode-se, por um lado, vislumbrar as leis ou regras da linguagem literária ou polida. Por outro lado, identifica-se, ao mesmo tempo, o papel normativo e prescritivo que Ribeiro confere a essa obra, assim como o apego às gramáticas filosóficas.

O autor enfatiza que a “grammatica divide-se em quatro partes, nas quaes se estudam: os **sons**, as **fórm**as, a **classificação** das palavras e a **composição** d’ellas no discurso”. Ao defender essa quadripartição dos estudos gramaticais, Ribeiro (1920, p. 7 grifos do autor) evidencia que se encontra embasado no modelo greco-romano.

Assim sendo, em relação aos sons, o autor explicita que no “tratado dos sons estudamos as vozes, as letras e os seus valores”, e acrescenta que por “ahi conhecemos a pronuncia exacta, o valor das syllabas, a accentuação e o uso dos signaes da escripta”. Ribeiro (1920, p. 7) estuda os valores das vozes e das letras, a fim de justificar o conhecimento que devemos ter da pronúncia exata. Acrescenta, além desses, o valor das sílabas.

A seguir, conceitua classificação como sendo “o tratado da classificação das palavras, isto é, de sua distribuição por classes conforme o sentido”, e acrescenta que, pela classificação, “podemos distinguir as palavras conforme os seus grupos naturaes: substantivos, verbos, etc.”. Por meio da classificação, conforme Ribeiro (1920, p. 7), é que pode-se distinguir os substantivos, verbos, dentre outros.

No que se refere ao estudo das formas, o autor revela que “[...] consiste na apreciação dos elementos significativos que compõem as palavras”. Além disso, ressalta que o “estudo das fórm

as ou morfologia mostra como as palavras na maior parte se tiram de poucas outras e como variam de terminação muitas d’ellas para exprimir cousas ou idéas novas.” (RIBEIRO, 1920, p. 8).

De acordo com Ribeiro (1920, p. 8), sintaxe “é o tratado em que se estudam as relações das palavras entre si, no discurso.”, e evidencia que “é a parte mais importante da grammatica e da qual todas as outras dependem, porque, falar ou escrever é sempre *compôr phrases* ou dizer cousas que têm sentido”. Destaca, ainda, que “é sempre o ponto de partida e não se póde estudar a grammatica de lingua alguma sem já saber falar ou compôr phrases ao menos as mais simples”. Para o autor, é inadmissível o estudo da gramática de qualquer língua sem que se saiba falar ou elaborar frase, por mais simples que sejam.

Segundo aspecto

O segundo aspecto focaliza a **organização** das obras e a primeira a ser analisada trata-se da “Gramática Prática da Língua Portuguesa”, de Vasconcelos (1928). A obra possui 136

páginas e não apresenta índice, sendo assim, elaboramos um para melhor descrição e análise da estrutura do conteúdo, conforme a seguir:

ÍNDICE

Fonética ou estudo dos sons

Letras e sílabas

Ditongos

Acento tónico

Sinais auxiliares ou diacríticos

Morfologia ou estudo das formas

Classificação das palavras

Substantivos

Nomes adjectivos

Nomes numerais

Pronomes

Apêndice aos pronomes

Verbos

Advérbios

Preposições

Conjunções

Interjeições

Estudo sucinto de derivação e composição

Sintaxe

Modelos de análise

Aditamento à fonética

Acentuação gráfica

Pontuação (regras gerais)

A obra apresenta, em seu estilo composicional, quatro partes, a saber: **Fonética ou estudo dos sons**, **Morfologia ou estudo das formas**, **Sintaxe** e **Acentuação gráfica**, evidenciando sua base no modelo greco-romano. Vasconcelos (1928) apresenta, geralmente, a mesma estrutura para a exposição dos conteúdos: **conceito**, **exemplo**, **nota de rodapé**, **observação** e **exercício**. Convém esclarecer que há 16 notas de rodapé, 33 observações, a fim de que sejam dirimidas as dúvidas no processo ensino-aprendizagem e, para a prática, identifica-se 21 exercícios mais 14 exercícios pertencentes ao item “Modelos de análise” – fonética, morfológica e sintática.

A seguir, inicia-se a descrição com um **conceito** de Fonética ou estudo dos sons, em que as “palavras são sons livres ou articulados da voz humana”. Assim, a “palavra é representada pela escrita por meio de *letras* e *sinais* auxiliares ou diacríticos (1)”, completado com **nota de rodapé** “(1) A mesma letra pode representar sons diferentes: exílio (x=z) [...]”. Em continuidade, o autor dá **exemplos**: “Vejam as seguintes frases: O Braz lê mal. [...]” com as devidas explicações: “A primeira compõe-se de quatro palavras [...] Mas as palavras não têm tôdas o mesmo número de letras”. Ao final da lição, insere o **exercício**: “Diga quais são os monossílabos, os dissílabos, os trissílabos e os polissílabos que se encontram nas seguintes frases: A caridade é a maior das virtudes [...]”. Em outra lição, identificamos uma **observação**: “São também substantivos abstractos quaisquer palavras substantivadas: o belo, o *amar*, o *não*, o *sim*.” (VASCONCELOS, 1928, p. 3-4, 15, grifo do autor).

Esta gramática, por conseguinte, propicia o conteúdo condizente às 3ª e 4ª classes, do Ensino Primário Elementar, de acordo com os programas educacionais oficiais, agregando teoria e prática, a fim de obter êxito no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à análise do aspecto **organização** da “Grammatica Portugueza”, do brasileiro João Ribeiro, publicada em 1920, convém esclarecer que apresenta-se o índice com outra disposição, a fim de obter-se uniformidade no trabalho, com o devido cuidado em manter o conteúdo, conforme a seguir:

INDICE

Grammatica e suas divisões

Parte I – Os sons

Sons, letras, notações. Grupos de letras

Syllabas. Acento

Alterações de sons

Orthographia e prosódia

Parte II – Classificação

Classe de vocabulos

Primeira categoria – substantivos

Segunda categoria – qualificativos

Terceira categoria – determinativos

Quarta categoria – o verbo

Quinta categoria – advérbios

Sexta categoria – preposição

Setima categoria – conjunção

Oitava categoria – interjeição

Parte III – Das fórmãs

Estudo da fórmula

Radical. Desinencia

Flexões do verbo

Conjugação dos verbos

Parte IV – Syntaxe

Proposições

Figuras. Vícios de linguagem

Exercícios de syntaxe

Reforma da orthographia

Na organização, o autor utiliza a Advertência para justificar a edição e apresenta as quatro partes da obra: os sons, classificação, das formas e syntaxe. Convém ser ressaltado que, em ambas as obras, ora analisadas, a organização é semelhante, pois são herdeiras da gramática de Port-Royal.

O autor apresenta, basicamente, a mesma estrutura para a exposição dos conteúdos: **conceito**, **exemplo**, e **exercício**. Completa, ainda, com 12 **notas de rodapé**, 01 **observação** e 01 **nota** explicativa, a fim de aprofundamento teórico e melhor desempenho no processo ensino-aprendizagem e, para a prática, observamos 35 **exercícios** mais 08 **exercícios** pertencentes ao item “Exercícios de syntaxe” com modelos de análises. Ribeiro (1920, p. 109) insere 29 estampas no estudo das palavras invariáveis, ao alertar sobre o uso das preposições, pois o “póde trazer dificuldades. Aqui damos, com ilustrações, os vários empregos das preposições”, trata-se de um recurso a mais no processo ensino-aprendizagem não utilizado por Vasconcelos (1928).

A descrição da estrutura será exemplificada com o **conceito** de sons, uma vez que “os sons das palavras são representados por letras e notações ou signaes”, acrescentando que notações “são signaes que servem para indicar a variedade de sons das letras”. Após a conceituação de cada conteúdo, o autor dá exemplos, apresentamos o **exemplo** de notações: “cedilha, que indica o som brando do *e*: *lenço, roça*”. Em seguida, insere **exercício**, a fim de verificar a aprendizagem, tal como: “O alumno indicará as vogaes, as consoantes, os varios sons das vogaes e notações que se acham neste exercicio: Cara – carêta – petéca – moço [...]”. (RIBEIRO, 1920, p. 9, 11, grifos do autor).

O autor, ao tratar da prosódia, que ensina a pronúncia exata das palavras, alerta para algumas regras especiais, dentre elas “O *s* entre vogaes sôa *z*: casa, mesa. Exceptua-se o caso das palavras compostas de *pro, pre, re*, em que sôa *ç*”, como “resurgir”; e, em **nota de rodapé**, esclarece: “Exceptuam-se presumir, resumir, que se pronunciam prezumir, resumir.” (RIBEIRO, 1920, p. 16 grifo do autor).

Convém ser destacado que Ribeiro (1920, p. 14) apresenta aspectos em que se nota sua preocupação não só com a prescrição de regras, mas também com a descrição do “uso” da língua, a exemplo do uso da terminação *aria*, pois “é usada com a fórmula *eria* em algumas palavras, como *infanteria, artilheria*, o que não é do melhor uso”.

Ao final da obra, Ribeiro (1920, p. 111) ressalta que as “regras de simplificação da ortografia foram adotadas pela Academia Brasileira, em Julho de 1907” e, com essa atitude, ratifica seu respeito e observância às alterações linguísticas.

Terceiro aspecto

O terceiro aspecto trata da identificação de **marcas de nacionalismo** que se reflete na educação portuguesa e brasileira, nesse período, nas obras “Gramática Prática da Língua Portuguesa”, de Vasconcelos (1928), e “Grammatica Portugueza”, Ribeiro (1920).

Em princípio, apresenta-se a análise da obra do autor português que não insere vasta literatura clássica, mas produz exemplificação e exercícios, também, para reforçar o regionalismo. Assim, utiliza alguns acidentes geográficos de Portugal, tais como: “O ponto mais elevado de todo o país é a Serra da Estrêla; As principais baías de Portugal são as de Lagos e a de Setúbal. Tejo designa um determinado rio; *Lisboa, capital de Portugal* (que é a capital de Portugal), *é banhada pelo rio Tejo*”. Além de nomes localidades de Portugal: “Leiria designa uma determinada cidade Amanhã tenciono ir a Braga; Habitar **em** Braga;

Morei em Vila Nova de Gaia; Lagos é uma cidade **algarvia**; A música foi ouvida na Foz por teu primo; Viseu, cidade portuguesa, pertence à província da Beira Alta. Lisboa, capital de Portugal, tem um pôrto excelente; Sintra, vila da Estremadura, é muito aprazível.” (VASCONCELOS, 1928, p. 16, 86, 89, 90,100, 119, 123, grifos do autor).

Na exemplificação de sufixos que designam naturalidade, origem, proveniência, o autor apresenta: “Êste homem é **português**; Aquele rapaz é **alentejano**; O povo **beirão** é muito trabalhador”, dentre outros. Vasconcelos (1928, p. 100, grifos do autor), a fim de aprofundar o conhecimento do aluno, insere uma observação que contém sufixos derivados de antigos primitivos e, assim, citamos alguns: “*bracarense*, de Braga; *conimbricense*, de Coimbra; *penafidelense*, de Penafiel; *flaviense*, de Chaves; *vimaranense*, de Guimarães; *pacense* (ao lado de *bejense*), de Beja; *escalbitano* (a par de *santareno*), de Santarém; *sinfanense*, de Sinfães”.

Convém salientar que Vasconcelos (1928, p. 16, 88, 100, 118, 119, 122, 123, 136 grifos do autor) faz referência ao autor português Camões, cujos trabalhos eram e, ainda hoje são, amplamente, divulgados em Portugal. Tanto com citação direta, “<Eu sou com os meus vassallos e com esta **(E dizendo isto arranca meia espada)** defenderei...> (Camões – Lus. IV – 19)”, quanto como produzindo exemplos para o aprofundamento do conteúdo: “Camões designa uma determinada pessoa; Camões escreveu **em** verso; Camões tornou-se imortal; Camões escreveu os *Lusíadas*; *Luiz de Camões*, **o maior épico português**, morreu pobre”. Outros ilustríssimos autores portugueses, também, fazem parte da exemplificação, a saber: “Garrett é um dos **portuenses** mais ilustres; Aquele romance foi escrito por Camilo; Herculano, o nosso maior historiador, deixou a sua obra colossal por concluir”. Essa seleção, provavelmente, deu-se para imprimir notoriedade a sua obra.

A “Gramática Prática da Língua Portuguesa”, em virtude de ser destinada ao Ensino Primário Elementar, aborda a valorização nacional, inclusive com fatos históricos, nos exercícios, a saber: “Portugal é a nossa linda e querida Pátria; Portugal é um país de heróis; A independência de Portugal deu-se em 1143; Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia; D. Joao I foi chamado o *príncipe de boa memória*; D. Denis foi cognominado o *lavrador*; Os franceses foram vencidos pelos portugueses; *Portugal*, **terra de heróis**, tem uma história brilhantíssima.”, de acordo com Vasconcelos (1928, p. 6, 7, 9, 117, 118, 119, 122, grifos do autor).

Em relação ao uso da língua, Vasconcelos (1928, p. 43, 100, grifos do autor) insere o substantivo “rapariga”, que se trata de um regionalismo, utilizado no item “Apêndice aos

pronomes: **Um** negociante perguntou a **uma** rapariga se sabia onde moravam **uns** lavradores que queriam vender **umas** vacas. **A** rapariga respondeu: Os lavradores que vendem **as** vacas, que **o** senhor deseja comprar, moram aqui”. Além disso, observamos o uso do verbo querer, como sendo outro regionalismo, como no utilizado no conteúdo de sufixos: “*Português* quer dizer de Portugal; *alentejano* quer dizer do Alentejo; portuense quer dizer do Pôrto; beirão quer dizer da Beira; algarvia quer dizer do Algarve [...].

Ao final da observação acerca dos sufixos, Vasconcelos (1928, p. 101 grifo do autor) insere uma nota de rodapé: “Muitos outros há com sufixos diferentes, sendo os usuais, em ino – *abrantino* (de Abrantes); *brigantino* (de Bragança); em ista – *freixinista*, de Freixo de Espada-à-Cinta; em oto – *minhoto*: do Minho”, dentre outros.

Vasconcelos (1928, p. 16, 88, 100, 118, 122, grifos do autor) exhibe textos nos quais aborda a história entrelaçada entre Portugal e Brasil, a exemplo de “Pedro Álvares Cabral, descobriu o Brasil; O marquês de Pombal expulsou os jesuítas; O *Brasil*, **república da América do Sul**, pertenceu outrora a Portugal”. Considera-se, pois, que os exemplos parecem expressar, ainda, o sentimento de posse e perda do colonizador.

Constata-se, em complemento à questão didática, a inserção modelos de análise, a fim de indicar a forma correta de analisar as orações, consequentemente, qual o modelo de análise sintática que o professor e o aluno deveriam adotar. Trata-se, pois, de explícita preocupação com o ensino, mesmo que Vasconcelos (1928) privilegie a descrição. Seleccionam-se, pois, alguns textos para os modelos de análise, nos quais o autor enfatiza o nacionalismo, em virtude da escolha de autores portugueses, como a seguir:

O homem a quem Portugal deve a iniciativa que lhe deu imortal renome entre as nações que mais concorreram para a civilização do mundo, foi o filho do rei D. Joao I e de D. Filipa de Lencastre, D. Henrique, que nasceu no Pôrto a 4 de Março de 1394’ (P. Chagas).

“‘Como a água tem um grande poder dissolvente, não admira que a não encontremos pura’ (Andrade Corvo)”.

“‘São os homens que fazem a cultura dum raça, mas são as mulheres que fazem a civilização dum povo’ (Augusto de Castro)”.

“‘Cem anos que eu viva, nunca se apagará da minha memória a lancinante, a trágica cena que acabo de presenciar’ (Guilherme Gama)” (VASCONCELOS, 1928, p. 129-130, grifos do autor).

Nota-se, nessa seleção textual, a preocupação de Vasconcelos (1928) no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que privilegia a teoria e a prática, por meio de exercícios orais e escritos, inclusive por meio de modelos de análise sintática.

Dando continuidade ao terceiro aspecto, analisa-se a “Grammatica Portugueza”, do brasileiro João Ribeiro (1920), que foi, também, autor de livros didáticos de grande sucesso editorial, entre as últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX. Desse modo, sua obra encontra-se inserida no contexto de produção em que existe um movimento nacionalista valorizando as diferenças regionais que se reflete na educação portuguesa e brasileira.

Nessa perspectiva, identificamos o seu apoio ao sistema ortográfico vigente, pois afirma que o “systema orthographico adoptado pela Academia de Letras e do qual ha uma exposição no fim deste volume, merece o applauso de todos os brasileiros”. Ribeiro (1920, p. 10, 18 grifos do autor), mesmo em consonância com as prescrições normativas, adverte para o uso da língua, a exemplo dos sons: o “som grave ou mudo, por não apresentar singularidade, nunca se representa na escripta. Os sons agudos e circumflexos têm as suas notações (*mercê* e *rapé*), que entretanto nem sempre se usam na pratica”. E, complementa: as “palavras em *êr*, *ôr* é costume já conservl-as sem a notação: doutor, orador, flor; ser, ver, chover”.

O autor reforça o sentimento de independência ao destacar que a “república foi proclamada pelo povo e pelo exército”, assim como ao ressaltar os nomes dos estados brasileiros nas propostas dos exercícios, como em: “Bahia”; “Os estudantes de S. Paulo fazem, raras vezes, os seus exames no Recife”; “O Rio de Janeiro tem mais de oitocentos mil habitantes; é a primeira cidade da America do Sul”; “Na cidade da Bahia contam-se sessenta igrejas. Além disso, enaltece o território nacional, e afirma: “O Itatiaya é uma das montanhas mais altas do Brasil.” (RIBEIRO, 1920, p. 23, 24, 29).

Nessa linha de raciocínio, o autor marca a valorização da cultura e identidade brasileira nos exercícios, a fim de que os alunos, também, percebam, tais como: “Grupo carnavalesco”; “Indio sem instrução”; “República Brasileira”; “brasileiro”; “Vinte e oito de setembro, 13 de maio e 15 de novembro são as datas mais gloriosas para os brasileiros.” (RIBEIRO, 1920, p. 23, 24, 29).

Outro aspecto presente na gramática de Ribeiro (1920, p. 36, 101) que avigora as questões nacionais, particularmente enfatiza a identidade brasileira, é a utilização de referência em homenagem ao ilustre autor nacional, Gonçalves Dias, tal como no exercício 15: “Classificar as preposições do seguinte trecho: [...] Na rua de Gonçalves Dias, abaixo da

rua do Ouvidor. [...]”; e em “Gonçalves Dias é mais illustre que Varella?”. Infere-se, pois, que o autor propaga maior credibilidade à sua obra, da mesma forma que se repetiu com Vasconcelos (1928) ao enaltecer Camões.

Outro autor contemplado, no exercício “Procurar no trecho seguinte os radicaes e formar derivados com suffixos segundo o quadro dos suffixos. Mostrar quaes são os derivados que no mesmo trecho ocorrem”, trata-se de D. Fr. Caetano Brandão – Bispo do Pará, com o trecho:

Hoje matarão os escravos um jacaré a tiro de bala, e o trouxirão para eu ver é a fera mais cruel e voraz dos rios do Pará. [...] quando querem fazer preza, a primeria diligencia é açoutal-a com a cauda, e com a mesma a conduzem á bocca: devorão toda a carne e tambem gente se a achão descuidada, especialmente sendo meninos, correm á praia, e os arrebatão: mas não accommetem no fundo d’agua e por isso os indios, quando se vêem perseguidos d’elles, mergulhando lhes escapão facilmente. (RIBEIRO, 1920, p. 48-49).

Outro diferencial na obra de Ribeiro (1920, p. 42, 101), em relação à obra de Vasconcelos (1928), é a inserção de instruções ao professor, a exemplo de: “Este exercício deve ser variado e multiplicado pelo professor, e nada seria mais util do que lebral-o sempre durante todo o curso das classes de grammatica, incluindo ainda nessa recommendação todos os exercicios de morphologia”. Assim como em outro trecho da obra: “O professor augmentará o numero de exemplos, se julgar conveniente”. Às vezes, o ator diversifica a metodologia em atividades orais, escritas, em outro exercício:

1. Fazer o alumno conjugar por escripto os verbos auxiliares.
2. O mesmo exercicio oralmente.
3. Fazer o alumno conjugar um verbo regular de cada conjugação, e depois o verbo *pôr* ou um seu composto – por escripto.
4. Idem, oralmente.
5. Dar uma fórmula verbal (v. gr. *louvasse*) para que o alumno a determine (pret. imperf. do subjunctivo do verbo *louvar*). E *vice-versa*.
Com esses exercicios repetidos varias vezes, o alumno conseguirá conhecer todo o mecanismo da conjugação portuguesa. (RIBEIRO, 1920, p. 83, grifos do autor).

Convém ser ressaltado que, nesse período, qualquer auxílio metodológico presente nas Gramáticas contribuía para a prática docente.

E as instruções ao professor ocorrem, também, em nota de rodapé: “Conforme resolver o professor, serão estudados ou não, apenas os prefixos vernaculos, com exclusão dos latinos

e gregos. Para cada classe fizeram-se exercicios. Os prefixo de origem não vernacula vão incluidos em nota”. Desse modo, Ribeiro (1920, p. 42), enquanto professor-autor, compreende as dificuldades dos docentes e, portanto, socializa, explicitamente, sua prática.

Considerações finais

O período em análise neste trabalho, representado pelas obras “Gramática prática da língua Portuguesa”, do português Mário Duarte de Vasconcelos (1928), e a “Grammatica Portuguesa”, do brasileiro João Ribeiro (1920), pode ser considerado, ainda, um momento de busca de uma identidade nacional nos dois países, visto que essa busca teve início no final do século XIX.

Esta pesquisa marca a necessidade de registrar as divergências entre os dois países de forma a fortalecer a língua e o seu ensino de cada país, mas de igualdade quanto à postura adotada pelos gramáticos para a consolidação da política linguística específica nacional, como a apresentação de gramáticas com exemplos das particularidades linguísticas de cada país e de modelos destinados ao ensino.

É pertinente ressaltar que o posicionamento de ambos os autores, no tocante à valorização da ação do mestre, nesse processo de ensino-aprendizagem, é semelhante. Assim, observa-se que Vasconcelos (1928) e Ribeiro (1920) tratam do desempenho do educando como sendo inerentes, a teoria e a prática, por meio de exercícios orais e escritos.

Por fim, ao apresentar configurações estruturais semelhantes, os dois gramáticos evidenciam influência tanto da tradição greco-latina quanto da corrente científica, ainda, em virtude do momento de transição política, além das mudanças linguísticas e a instauração de uma preocupação didática nas gramáticas.

REFERÊNCIAS

- FOUCAUT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edicoes Loyola, 1994.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- KÖERNER, E.F. “Questões que persistem em Historiografia Linguística”. [orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography.” *Professing Linguistic Historiography*.

- Amsterdan & Philadelphia: John Benjamins, 1995] **ANPOLL**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Língua 2, 1996. p. 45-70.
- MAGALHÃES, J. “Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação”. In Rui Vieira de Castro et al. (orgs.). *Manuais escolares, estatuto, funções, história*. Actas do **I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares**. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999.
- NÓVOA, A. S. da. **Evidentemente**. Histórias da educação. Nova Oeiras/Portugal: Universidade do Minho, 2005.
- ORLANDI, E. P. Metalinguagem e gramatização no Brasil: gramática-filologia-linguística. (p.30) Rev. **ANPOLL**, n. 8, p. 29-39, jan./jun. 2000.
- RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**. 85. ed. Corrigida e muito melhorada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1920.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 16. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- SWIGGERS, P. **Historie de et Historiographie de l'enseignement du Français**: modèles, objects et analyses. *Études de Linguistique Appliquée*. Daniel Coste (ed.) n.78, 1990.
- VASCONCELOS, M. D. de. **Gramática prática da língua portuguesa**. 2. ed. Pôrto: Abilio Marques Fernandes, 1928.
- VIDIGAL, L. **Leitura e manuais escolares em Portugal na 1ª metade do século XX**. **Intercompreensão**. Santarém: Escola Superior de Educação, 1994.

NACIONALISM IN BOOKS BY PORTUGUESE MÁRIO DUARTE DE VASCONCELOS AND BY BRAZILIAN JOÃO RIBEIRO IN THE DECADE OF 1920

ABSTRACT: This search presents a historiographic study of the Portuguese language, in Portugal and in Brazil, in the 1920s, in an attempt to draw a parallel between the pedalinguistic books produced for Portugal and for Brazil, distinctly, and to verify if there is a nationalism movement in both Portuguese and Brazilian education. It selected the *corpora* “Gramática prática da língua Portuguesa”, by Mário Duarte de Vasconcelos, in the 1928, and “Grammatica Portugueza”, by João Ribeiro, in the 1920. For the analysis were privileged three aspects: introduction, organization and nationalism marks.

Keywords: Linguistic Historiography. Portuguese language. Nationalism. Grammar.

Envio: março/2019
Aceito para publicação: abril/2019